

Não perca nesta edição:

Editorial -1

Atualidades

Programa EU4Health
CDA-UMA publica e-book sobre
envelhecimento -2

A saber

Certificado Digital Covid-19
Respostas seniores do futuro
Plano de ação da UE em matéria de
drogas -3

Destaques Legislativos

Carta Portuguesa de Direitos
Humanos na Era Digital
Estatuto de Utilidade Pública -4

Barómetro

Preço dos medicamentos como
dificuldade de acesso aos cuidados
de saúde
AIM lançou simulador de preços
justos dos medicamentos -5

A nossa Rede

Festas e passeios na UMNSC
Horta das Glicínias da Benéfica e
Previdente
ASM 4 de Setembro em junho -6 e 7

Editorial

A Vilanovense, Uma Associação Sólida e Credível



A atual Associação Vilanovense de Socorro Mútuo, também conhecida por A Vilanovense – Associação Mutualista foi formada por um grupo de portuenses e gaienses a 8 de dezembro de 1882, com a designação inicial de Associação de Beneficência Fúnebre, com sede na Rua das Flores, no Porto.

O principal propósito da sua criação foi proporcionar aos seus associados subsídios de funeral numa época em que uma grande parte das famílias carecia de um mínimo de serviços humanitários. Dado o crescente número de associados gaienses, foi criada uma filial em Vila Nova de Gaia, na Rua Cândido dos Reis, transferindo-se mais tarde para o edifício próprio, o qual acabou por ser integrado no património da Liga.

Presentemente, a Vilanovense – Associação Mutualista tem edifício próprio na rua do Marques de Sá da Bandeira, 412 em Vila Nova de Gaia. Com 138 anos de existência, a “A Vilanovense” – Associação Mutualista tem por **missão** estar ao lado dos Associados em todos os momentos da sua vida e o nosso **objetivo** é ser uma associação de todos e para todos.

Atualmente, A Vilanovense – Associação Mutualista, conta com cerca de 34 mil associados que são beneficiários do subsídio de funeral e todos os serviços de saúde, enfermagem, análises clínicas, serviços de reabilitação e bem-estar, serviços de dispensa personalizada de medicação e entregas ao domicílio.

Estes benefícios estão a cargo da Liga das Associações de Socorro Mútuo de Vila Nova de Gaia, da qual a Vilanovense é membro fundador desde a sua criação em 1905, juntamente com a Associação Oliveirense e o Montepio Costa Goodolfin.

A atividade da nossa instituição tem sido afetada pelos condicionalismos impostos pela situação pandémica. Com a propagação do Covid-19, quer da primeira vaga quer da segunda, a instituição viu as suas operações limitadas. Estivemos em trabalho de *backoffice* sempre que foi suspensa toda a atividade de comércio a retalho e de prestação de serviços, impedindo o atendimento direto ao público.

Durante a pandemia estabelecemos normas de proteção pessoal para os funcionários, como o uso de máscara e a lavagem das mãos com regularidade. Garantimos a segurança do ambiente de trabalho, limpando e desinfetando de acordo com as exigências sanitárias nacionais e regionais, nos períodos de grande propagação da doença.

A nossa atividade administrativa reentrou em funcionamento normal a 5 de abril de 2021. A Clínica da Liga das Associações de Socorro Mútuo de Vila Nova de Gaia reentrou em funcionamento pleno a 4 de maio de 2020 e passou a disponibilizar o serviço de teleconsulta, procurando deste modo contribuir para a redução de deslocações desnecessárias à clínica, complementando assim as consultas presenciais.

Na Farmácia da Liga os nossos associados têm 10% de desconto em todos os produtos e serviços, mais 5% de desconto em cartão. A Farmácia da Liga preparou uma campanha especial dedicada à mãe, durante o mês de maio de 2021.

Finalmente, se nada acontecer entretanto, garantindo que todas as regras sanitárias são responsabilmente cumpridas, estamos na linha da frente da **retoma da normalidade**.



Pedro Miguel Tavares do Couto
Presidente d' A Vilanovense AM

Avançar com a EU4Health

Adoção do primeiro programa de trabalho anual no valor de 312 milhões de euros

A EU4HealthVer irá financiar sistemas de saúde mais modernos e resilientes, intervenções para reforçar a nossa preparação contra as crises sanitárias e uma ação mais decisiva da UE na luta contra o cancro.

O primeiro programa de trabalho anual da EU4Health irá disponibilizar 312 milhões de euros para a preparação para situações de crise, a prevenção de doenças, os sistemas de saúde e a mão de obra no setor da saúde, bem como a digitalização. Os projetos financiados irão abranger a vigilância das doenças, a prevenção da escassez de medicamentos, a prevenção, a deteção precoce, o diagnóstico e o tratamento do cancro, o reforço das redes europeias de referência para as doenças raras, o teste da resiliência dos sistemas de saúde e a preparação de um espaço europeu de dados de saúde, entre outros. O programa será gerido pela Comissão Europeia e pela Agência de Execução para a Saúde e o Desenvolvimento Digital (HaDEA).

O Programa EU4Health representa um nível de compromisso financeiro sem precedentes para a UE no domínio da saúde, em comparação com programas de saúde anteriores. O Programa é a resposta da UE à atual emergência de saúde pública que dará uma contribuição significativa para a recuperação pós-COVID-19 com o objetivo de melhorar a saúde pública na União Europeia, proteger as pessoas de ameaças sanitárias transfronteiriças graves; melhorar o acesso aos medicamentos, dispositivos médicos e produtos relevantes para a crise; e fortalecer os sistemas nacionais de saúde por meio de melhor uso e reutilização de dados de saúde, desenvolvimento de ferramentas e serviços digitais e transformação digital da saúde.



Este programa de trabalho define as prioridades e ações para 2021, incluindo a afetação de recursos, para a execução do Programa EU4Health para a ação da União no domínio da saúde (2021-2027). Além disso, quando relevante, as necessidades de grupos vulneráveis, como pessoas com deficiência, bem como uma abordagem sensível ao gênero, serão consideradas.

Universidade da Madeira publica e-book sobre envelhecimento



O Centro de Desenvolvimento Académico da Universidade da Madeira (CDA-UMA) publicou o e-book “Olhares sobre o Envelhecimento. Estudos Interdisciplinares”. Esta publicação foi elaborada sob a coordenação de Joaquim Pinheiro, docente da Faculdade de Artes e Humanidades da UMA, e reúne, em dois volumes, 43 estudos que, com olhares diversos, mas complementares, abordam o envelhecimento em cinco áreas temáticas (saúde, lazer e desporto; perspetiva psicológica e social; educação; novas tecnologias; representações culturais da velhice da literatura à arte).

O e-book está disponível gratuitamente no website da CDM-Uma em <http://cda.uma.pt/publications/>

A saber

Certificados Covid são gratuitos e podem ser obtidos no portal SNS24 ou enviados por e-mail

Os certificados digitais Covid-19, que começaram a ser emitidos a 18 de junho, são gratuitos, emitidos em formato digital e podem ser consultados no [portal do SNS 24, na aplicação móvel do SNS ou enviados por email ao titular.](#)

Segundo a orientação da Direção-Geral da Saúde (DGS), os certificados podem ser usados em todos os estados-membros, bem como na Islândia, Liechtenstein, Noruega e Suíça.

O certificado Covid-19 digital da UE, que comprova a testagem (negativa), a vacinação ou a recuperação da covid-19, ficará igualmente aberto a iniciativas equiparáveis que estejam a ser desenvolvidas por países terceiros ou organizações internacionais.

O documento tem um código QR - utilizado para verificar de forma segura a autenticidade, integridade e validade do certificado - e conta com informações como nome, data de nascimento, data de emissão e informações pertinentes sobre a vacinação, teste ou recuperação.



Respostas seniores do futuro | Um modelo de respostas especializadas integradas

A União das Misericórdias Portuguesas (UMP) tornou público o seu estudo “Envelhecimento – Respostas seniores do futuro: um modelo de respostas especializadas integradas”. O objetivo desta iniciativa é apresentar medidas para a definição de estratégias que as políticas públicas do Estado Português poderiam adotar em sede de envelhecimento.

As Misericórdias pedem também um financiamento mais adequado às necessidades de assistência, propondo que possa ser planeado a longo prazo, ou seja, que se possa acompanhar a evolução das necessidades dos idosos à medida que envelhecem e se tornam mais dependentes, o que eliminaria incertezas das famílias face à capacidade futura de prestação de cuidados.

No documento, a UMP defende ainda a implementação de um plano individual de cuidados que possa ser partilhado pelas equipas prestadoras em todos os momentos do percurso de vida dos idosos e também um modelo de financiamento a ‘long term care’, ou seja, no sentido da alteração das necessidades funcionais ao longo do processo de envelhecimento de cada pessoa, cobrindo os custos desde a ajuda com atividades diárias até a supervisão em caso de demência.

A UMP defende uma maior integração entre Segurança Social e Saúde e que a criação de um plano individual facilitaria o acesso à informação sobre cada utente por parte dos serviços, nomeadamente de saúde. O documento propõe as “Respostas Residenciais Seniores do Futuro”, em que o foco está na qualidade de vida dos idosos, de modo a retardar ou evitar a institucionalização, garantindo respostas adequadas à funcionalidade do indivíduo em cada momento da sua vida.

[Clique aqui para ver o documento “Envelhecimento – Respostas seniores do futuro: um modelo de respostas especializadas integradas”.](#)

Aprovação do plano de ação da UE em matéria de drogas 2021-2025 marca presidência portuguesa

Foi aprovado, no passado dia 21 de junho, o Plano da União Europeia de Ação em matéria de drogas 2021-2025, **sob a presidência portuguesa do Conselho da União Europeia**. Trata-se de um plano que tem como base o quadro, a finalidade e os objetivos da Estratégia de Drogas da EU. O plano fornece o quadro político abrangente e as prioridades para a política de drogas no espaço europeu no período 2021-2025, tendo em consideração as condicionantes da Covid19.

O Plano articula-se em torno de três domínios de ação destinados a alcançar o seu objetivo: redução da oferta de droga (com reforço da segurança), redução da procura de drogas (serviços de prevenção, tratamento e cuidados) e resposta aos danos relacionados com a droga. O documento identifica três temas transversais de apoio a esses domínios de ação: cooperação internacional; investigação, inovação e prospetiva; e coordenação, governação e execução.

As prioridades estratégicas passam por dismantlar grupos de crime organizado de alto risco relacionados com a droga, combater a exploração de canais logísticos e digitais para distribuição de drogas ilícitas, intervenções na área de redução de riscos e minimização de danos, responder às necessidades sociais e de saúde de pessoas que usam drogas em ambientes prisionais e após a sua libertação, e reforçar o papel da UE como uma entidade global de referência para uma política de drogas centrada nas pessoas e orientada para os direitos humanos.

Com o espaço europeu a sofrer rápidas mudanças na área dos Comportamentos Aditivos e Dependências, aumentando a complexidade do fenómeno, este documento baseado em dados científicos e com prioridades e ações estratégicas, permitirá encarar e antecipar os novos desafios em matéria de drogas, nos próximos 5 anos.

Carta Portuguesa de Direitos Humanos na Era Digital

Através da Lei n.º 27/2021, de 17 de maio, foi publicada a Carta Portuguesa de Direitos Humanos na Era Digital, que se aplica às relações entre particulares e às relações entre o Estado e os particulares. A Carta entrará em vigor no próximo dia 18 de julho, ainda que certas matérias careçam de concretização por lei especial.

A Carta reconhece o direito de acesso ao ambiente digital, bem como à liberdade de expressão e criação em ambiente digital, prevendo-se um direito de livre acesso à internet. Esse direito é concretizado através da adoção de medidas tendentes à eliminação de barreiras e à redução de assimetrias no acesso e utilização da Internet. Salienta-se a criação de uma tarifa social de acesso a serviços de Internet, aplicável a clientes finais economicamente vulneráveis.

A Carta prevê também um direito à proteção contra a desinformação. Nos termos deste direito, pode ser apresentada queixa junto da Entidade Reguladora para a Comunicação Social relativamente a atos de desinformação, que são definidos como a narrativa comprovadamente falsa ou enganadora criada, apresentada e divulgada para obter vantagens económicas ou para enganar deliberadamente o público, e que seja suscetível de causar um prejuízo público. Neste âmbito, é cometido ao Estado Português o dever de assegurar o cumprimento do Plano Europeu de Ação contra a Desinformação e apoiar a criação de estruturas registadas de verificação de factos, bem como incentivar a atribuição de selos de qualidade por entidades fidedignas.

Em matéria de dados pessoais, a Carta reforça o direito à privacidade em ambiente digital, prevendo o direito de pedir apoio ao Estado no exercício do direito ao esquecimento (que é extensível a herdeiros, em caso de morte), introduz restrições à utilização de códigos bidimensionais ou superior no que respeita a dados sensíveis, inclui limitações quanto à geolocalização abusiva de equipamentos e também inclui disposições sobre o testamento digital e a supressão póstuma de perfis em redes sociais.



A Carta prevê ainda outros direitos, tais como o direito à neutralidade da Internet, direito ao desenvolvimento de competências digitais, direito à cibersegurança e reforço dos direitos na utilização de plataformas digitais. Prevê, também, uma série de direitos digitais face à Administração Pública, tais como a transição para procedimentos administrativos digitais ou a utilização de uma plataforma digital europeia única para a prestação de acesso a informações.

Por último, em matéria de utilização da inteligência artificial e robôs, a Carta sublinha os princípios e direitos aplicáveis a tal utilização e estabelece uma obrigação de comunicação, a par de um direito de recurso e auditoria, das decisões tomadas mediante o uso de algoritmos, que tenham impacto significativo na esfera dos destinatários.

Estatuto de Utilidade Pública

Foi recentemente publicado, para entrar em vigor em 1 de julho de 2021, um novo estatuto de utilidade pública, consubstanciado na Lei-Quadro do Estatuto de Utilidade Pública ([Lei n.º 36/2021, de 14 de junho](#)) e regulamentado pela [Portaria n.º 138/2021, de 30 de junho](#), sendo revogados ou alterados diversos diplomas que incidiam sobre a matéria ora legislada, designadamente o [Decreto-Lei n.º 460/77, de 7 de novembro](#).

A presente legislação tem incidência no setor da Economia Social.



Custos de medicamentos entre as principais dificuldades financeiras no acesso aos cuidados de saúde

A Fundação “La Caixa”, em colaboração com o BPI e a Nova SBE, lançam o Relatório “Acesso a cuidados de saúde – As escolhas dos cidadãos 2020”, elaborado pelo professor Pedro Pita Barros.

O acesso adequado a cuidados de saúde, em tempo útil, por parte da população que deles tem necessidade é um dos objetivos centrais dos sistemas de saúde e está expresso quer na Constituição, quer na Lei de Bases da Saúde. Contudo, sabe-se pouco sobre o cidadão e as suas decisões de quando e como contactar o sistema de saúde quando se sente doente, antes de iniciar o seu percurso dentro do sistema de saúde público ou privado.

(valores em percentagem)	2013	2015	2017	2019	2020
Pediu para trocar para genérico	31,0	38,4	25,3	27,8	24,6
Não adquiriu todos os medicamentos	15,1	19,6	10,7	8,06	5,4
Não foi a uma urgência ou consulta por falta de dinheiro	8,7	8,9	4,9	4,6	3,0
Deixou de ir a uma urgência ou consulta por causa do preço do transporte	5,1	6,4	2,6	3,1	1,8
Escolheu não ir por receto	-	-	-	-	14,8
Cancelaram-lhe uma consulta ou exame (março a malo)	-	-	-	-	20,4

Compreender o que fazem quando se sentem doentes é essencial para avaliar em que medida o acesso efetivo a cuidados de saúde em Portugal dá, ou não, expressão prática aos preceitos constitucionais. O documento agora apresentado permite também conhecer mais sobre o que não passa pelo sistema de saúde e o que não está registado no Serviço Nacional de Saúde (SNS).

Nas conclusões constata-se que, apesar de existirem desigualdades socioeconómicas na doença, o acesso ao sistema de saúde é similar para toda a população, tendo a decisão de primeiro contacto poucas barreiras de acesso. Sublinha-se, aliás, a perceção dos entrevistados é de que o acesso ao sistema de saúde melhorou, em geral, de 2015 até 2020.

Entre as principais dificuldades financeiras de acesso identificadas pelos inquiridos encontram-se os custos de medicamentos. Ainda assim, houve melhorias substanciais nos últimos anos. A proporção de pessoas que deixou de comprar os medicamentos que necessitava, pelo menos uma vez num ano, passou de 10,7% para 5,4% entre 2017 e 2020. Contudo, há desigualdades socioeconómicas relevantes: esta proporção foi de 2% nos dois anos para a classe socioeconómica mais elevada e passou de 11% para 15% na classe socioeconómica mais baixa. Evolução similar, embora com valores mais baixos, surgiu na medida “deixar de ir a uma consulta ou exame por falta de dinheiro”, com um crescimento de 7% em 2017 para 10% em 2019, na classe socioeconómica mais baixa. O valor médio esconde evoluções desiguais. A principal despesa de quem vai ao Serviço Nacional de Saúde com um episódio de doença inesperado está na comparticipação dos medicamentos prescritos.

Os dados do Relatório “Acesso aos cuidados de saúde – As escolhas dos cidadãos 2020” foram recolhidos pela empresa GfK, entre os dias 23 de maio e 30 de junho de 2020, através de inquérito elaborado pela equipa de investigação do Nova SBE Health Economics and Management Knowledge Centre, tendo como universo indivíduos com 15 ou mais anos de idade, residentes em Portugal Continental, numa amostra representativa constituída por 1271 entrevistas.

AIM lançou simulador para calcular preços justos dos medicamentos

A Associação Internacional de Mutualidades (AIM), da qual a APM - RedeMut é membro, lançou em junho um simulador para calcular os preços justos dos medicamentos. A calculadora transpõe o modelo de preços justos da AIM numa ferramenta, que ajudará o público, os especialistas e os não especialistas, a avaliar os preços justos dos medicamentos e a compará-los com os que são atualmente pagos pelos sistemas de saúde.

A AIM está convencida de que conciliar o acesso, e a sustentabilidade dos sistemas de saúde, bem como o lucro da indústria é possível.

O objetivo a longo prazo poderia ser um modelo de preço aplicado juntamente com o registo central na Agência Europeia de Medicamentos (EMA), que poderia funcionar como um balcão único para coletar todos os dados necessários para calcular preços justos de medicamentos.

Aceda ao simulador aqui: fairpricingcalculator.eu



A nossa rede

Festas e passeios marcaram o mês de junho na UMNSC

O mês de junho foi repleto de jogos recreativos acompanhados de cor, movimento e alegria. Foi preenchido com trabalhos manuais e expressão plástica para decorar o nosso Lar durante esta época festiva, assim como para fazer os acessórios para os utentes usarem na Festa dos Santos Populares. Concretizámos essa festa com muito amor, música, brincadeira, petiscos e bailarico.

Além do estímulo cognitivo que está sempre presente, este mês também realizamos saídas ao exterior: uma junto da Praia e Jardins de Alcochete e outra junto da Praia e Parque de Merendas do Samouco. Em ambas as saídas cantarolámos cantigas populares e fados e realizámos jogos em grupo com os nossos utentes de Lar.

Relembro que utilizamos sempre as medidas de segurança necessárias para o bem-estar dos nossos utentes, que são o mais importante para nós.



Horta das Glicínias da Benéfica e Previdente

Dinamizar uma horta comunitária, trabalhada por profissionais e utentes das nossas respostas sociais tem sido, ao longo dos últimos anos, um objetivo que temos vindo a perseguir, com recuos e avanços.

Trabalhar a partir da terra o desenvolvimento de competências pessoais e sociais, estreitar relações e ainda contribuir para a obtenção de legumes e verduras frescos - para confeccionar com maior qualidade a sopa que todos os dias levamos a dezenas de idosos - é efetivamente a perspetiva a partir da qual foi criada a Horta das Glicínias, da qual muito nos orgulhamos.



ASM 4 Setembro deu especial destaque às datas importantes de junho

No âmbito das atividades seniores, desenvolvidas nas instalações da sede da Associação de Socorros Mútuos “4 de Setembro de 1862”, se existe uma palavra que resume o passado mês de Junho. Podemos dizer que é a palavra recomeçar! Impossibilitados da realizar as atividades seniores presenciais durante alguns meses, devido ao período de contenção social, regressámos, finalmente, no início do mês às nossas atividades presenciais.

No dia 21 de junho, em comemoração ao Dia Internacional do Yoga, foi realizada uma sessão de meditação com taças tibetanas. Os sons emitidos pelas taças purificam o ambiente, proporcionando harmonia e despertam o poder curativo do corpo, equilibrando o corpo e a mente.

Em parceria com a Estratégia Regional de Promoção da Alimentação Saudável e Segura (ERPASS), foi divulgado aos utentes um conjunto de sessões, com abordagens a temas pertinentes, visando a melhoria da literacia e a promoção da saúde e do bem-estar, tendo em conta as áreas ligadas à alimentação saudável, sustentabilidade ambiental e equidade no acesso aos alimentos saudáveis, em particular aos produtos regionais. Estes webinars gratuitos decorreram online, o que contribuiu para a aplicação dos conteúdos apreendidos nas aulas de informática.



Na Fundação de Socorros Mútuos “4 de Setembro de 1862” - Infantário Quinta dos Traquinas tentamos, sempre que possível, proporcionar às nossas crianças momentos de atividade ao ar livre. Aqui o contacto com a natureza é privilegiado e as nossas crianças aprendem a tocar, a mexer, a experimentar e sujando-se! Todos os meses são especiais, mas o mês do Dia da Criança é sempre vivido com maior intensidade. A nossa equipa preparou algumas surpresas divertidas e cheias de motivos para as nossas crianças sorrirem todos os dias!

As salas de berçário tiveram várias atividades de exploração sensorial, porque nesta idade as crianças adoram explorar objetos, conhecer novas texturas, formas e cores. Tocar é imprescindível para conhecer o mundo e a si mesmo.

As salas de Jardim de Infância também fizeram atividades diferentes e muito divertidas. Nestas idades as crianças adoram atividades físicas e motoras e as aulas ao ar livre potenciam a sua criatividade. Nestes últimos dias, tiveram o Dia do Faz de Conta e atividades como insufláveis, gincanas, atelier de pintura, brincadeiras com água e ainda puderam confeccionar a sua própria pizza para o almoço.